



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**  
**PRIMEIRA CÂMARA**

---

<b>Processo nº</b>	13891.000078/2002-59
<b>Recurso nº</b>	132.682 Voluntário
<b>Matéria</b>	SIMPLES - EXCLUSÃO
<b>Acórdão nº</b>	301-33.543
<b>Sessão de</b>	23 de janeiro de 2007
<b>Recorrente</b>	BIOSSAY S/A. LTDA. - ME.
<b>Recorrida</b>	DRJ/RIBEIRÃO PRETO/SP

---

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 2003

Ementa: SIMPLES. EXCLUSÃO.

É vedada a opção pelo Simples de pessoa jurídica que preste serviços profissionais de engenheiro ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida.

**RETROATIVIDADE. INEXISTÊNCIA.**

Não há se falar em retroatividade da norma jurídica que dispõe sobre o instituto da exclusão do Simples, quando em função das atividades contidas em seu objeto social, a empresa não poderia haver optado pelo Simples, tendo em vista a existência do óbice contido no inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317/96.

**RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "B", is located in the bottom right corner of the page.

**OTACÍLIO DANTAS CARTAXO – Presidente e Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: José Luiz Novo Rossari, Luiz Roberto Domingo, Valmar Fonsêca de Menezes, Davi Machado Evangelista (Suplente), Susy Gomes Hoffmann e Irene Souza da Trindade Torres. Ausente os Conselheiros Carlos Henrique Klaser Filho e Atalina Rodrigues Alves. Esteve presente o Procurador da Fazenda Nacional José Carlos Dourado Maciel.



## Relatório

Em razão de conter os elementos necessários à compreensão dos fatos e dos fundamentos que permeiam o litígio, adoto o relatório constante da decisão de primeira instância, o qual transcrevo adiante:

*A contribuinte acima qualificada, mediante Ato Declaratório Executivo nº 39 (fl.27), de 26 de maio de 2003, de emissão da Sra. Delegada da Receita Federal em Limeira, foi excluída a partir de 13/02/2002 (data da abertura) do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), ao qual havia anteriormente optado, na forma da Lei nº 9.317, de 05/12/1996, e alterações posteriores, em virtude de sua atividade econômica, no caso, exploração, por conta própria, do ramo de prestação de serviços a empresas agrícolas de monitoramento da sensibilidade de insetos a inseticidas. Fundamentou-se no art. 9º, XIII, da Lei nº 9.317 de 1996.*

*A exclusão foi precedida pela intimação de fl. 12 para a contribuinte manifestar a respeito do entendimento ali exposto de que a atividade da empresa impede a permanência no Simples.*

*Argumentou a contribuinte que ingressou no Simples no início de 2002 e a Receita Federal tinha 90 (noventa) dias para indeferir o seu pedido de enquadramento e não tendo se manifestado tornou-se efetivo o seu ingresso. Acrescentou que não se trata de sociedade de profissão regulamentada, não dependendo a sua atividade de inscrição em ordem de classe. Por último, alegou que seu enquadramento se deu com base nas normas vigentes e em decisões proferidas pelas Superintendências da Receita Federal da 10ª Região (124/99) e 8ª região (45/00, 154/99, 158/99, 25/00, 152/00 e 153/00).*

*O Chefe da Sacat da DRF/Limeira, por meio do despacho proferido às fls.14/26, determinou a emissão do ato declaratório de exclusão após destacar que os serviços prestados pela empresa (monitoramento da sensibilidade de insetos a inseticidas) dependem de habilitação profissional legalmente exigida e citou o fato da empresa ter como sócio o Sr. Luiz Gonzaga da Silva, engenheiro agrônomo. Ressaltou não existir o prazo de 90 (noventa) dias mencionado pela contribuinte e que as decisões mencionadas não amparam a pretensão da interessada.*

*Inconformada, a contribuinte ingressou com a impugnação de fls. 31/32 alegando, em síntese, que para a execução do serviço de monitoramento da sensibilidade de insetos a inseticidas não é necessário ser um profissional de profissão regulamentada através de órgão competente. Esclareceu que a empresa contratante já possui um profissional habilitado e responsável para o fornecimento dos produtos a serem colocados em cheque e que a função do monitoramento é apenas verificar a sensibilidade dos insetos aos inseticidas, respeitada a dosagem fornecida pelo profissional da empresa contratante. Acrescentou que a qualificação do sócio (engenheiro agrônomo) não altera a atividade da contribuinte e que não faz qualquer aquisição de*

*produto químico, inseticida ou produtos semelhantes, e que possui apenas equipamentos para o exercício de sua atividade que é realizada na sede da empresa contratante.*

O acórdão DRJ/Ribeirão Preto nº 6.288/04 indeferiu o pleito da contribuinte pela sua manutenção no Sistema Simples, com fulcro no art. 9º-XIII da Lei nº 9.317/96, e consubstanciado na cláusula 3ª que trata do objeto da empresa que é a “prestação de serviços a empresas agrícolas de monitoramento da sensibilidade de insetos e inseticidas”, consoante ementa adiante transcrita:

***“EXCLUSÃO. ATIVIDADE ECONÔMICA.***

*Empresa que presta serviço assemelhado a serviços de engenheiro agrônomo está impedida de ingressar no Simples.*

*Solicitação Indeferida.”*

A decisão de primeira instância ao excluir a contribuinte da sistemática do Simples, a partir da legislação aplicada, ponderou sobre a incompatibilidade das atividades por ela exercida, com a prestação de serviços relativos às profissões expressamente listadas no inciso XIII, dentre elas a de engenheiro; a prestação de serviços profissionais assemelhados àqueles listados no mesmo inciso; e aqueles que prestem serviços profissionais de quaisquer outras profissões cujos exercícios dependam de habilitação profissional legalmente exigida, para concluir que basta que a pessoa jurídica incorra em uma só delas para que sua inscrição no Simples seja vedada.

Assim, decidiu que pelo fato da empresa prestar serviço assemelhado a serviços de engenheiro agrônomo, restou configurada a hipótese de exclusão do Simples de que trata o art. 9º, XIII, da Lei nº 9.317, de 1996.

Ciente da decisão por meio de AR em 22/12/04 (fl. 48), protocoliza em 19/01/05, portanto, intempestivamente, o seu recurso voluntário (fls. 49/66), aduzindo sucintamente:

1. *Em sua impugnação a empresa recorrente afirmou que para a execução do serviço de monitoramento da sensibilidade de insetos a inseticidas não é necessário ser um profissional com profissão devidamente regulamentada através de órgão competente, vez que a execução da atividade é realizada na empresa contratante dos serviços desta recorrente, possuindo aquela seu próprio profissional habilitado.*

2. *A Lei nº 5.194/66 em seu art. 33 dispõe que os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia são órgãos de regulamentação e de fiscalização do exercício destas profissões em suas respectivas regiões de atuação.*

3. *Menciona o art. 7º, que elenca as atividades e atribuições do engenheiro, do arquiteto e do agrônomo, para formular a assertiva de que as atividades preponderante das empresas que prestam serviços de monitoramento da sensibilidade de insetos e inseticidas, absolutamente não se confundem em nenhuma das atividades específicas citadas neste artigo, ficando clara a inexigibilidade do registro da empresa junto ao CREA.*



4. A atividade exercida, não necessita de habilitação profissional legalmente exigida. O ato expedido pela SRF afronta o art. 179 da Constituição Federal.

5. Com relação aos efeitos da retroatividade da exclusão, nova ilegalidade foi cometida pela SRF, que violou o disposto no art. 150-III, "a", da CF/88, que trata do princípio da anterioridade, da mesma forma tratando o próprio art. 15 da Lei nº 9.317/96, que trata dos efeitos da exclusão.

6. O ADE emanado pela SRF possui duas ilegalidades que devem ser combatidas quais sejam: a própria exclusão de atividade que não necessita de profissional de profissão legalmente habilitada e; que mesmo que se opere a referida exclusão, esta deve se dar a partir da notificação e não retroagir.

7. Destarte, entendimento diverso fere frontalmente o princípio da isonomia previsto nos arts. 170-IX e 179 da CF/88, que dispõe sobre o tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.

8. Menciona escólios de decisões pertinentes ao tema proferidas pelo Segundo Conselho de Contribuintes (ac. 202-13229/01), SRRF 8ª RF (proc. De consulta nº 355/99), e DRJ/Campinas (Decisão nº 4.122/03).

9. Requer o cancelamento da exclusão do Simples, ou não sendo este o entendimento, que os efeitos da exclusão torne-se eficaz apenas e tão somente no mês subsequente ao da notificação ao contribuinte da citada exclusão.

É o Relatório.



## Voto

Conselheiro Otacílio Dantas Cartaxo, Relator

Versa a matéria em comento sobre a exclusão da ora Recorrente do Simples em razão da exploração de atividade não permitida aos optantes pelo sistema, consoante o objeto social já descrito nos autos.

Compulsando os autos e confrontando os argumentos expendidos pela decisão *a quo* e pela ora recorrente, depreende-se que o cerne para o deslinde da questão consiste no discernimento sobre a exigência de profissional legalmente habilitado ou não para o desenvolvimento da atividade objeto do litígio (prestação de serviços a empresas agrícolas de monitoramento da sensibilidade de insetos a inseticidas), a título de requisito.

A recorrente com fulcro nos arts. 7º e 33 da Lei nº 5.194/66, que elenca as atividades e atribuições do engenheiro, arquiteto e do agrônomo, além de dispor sobre os CREAS regionais como órgão de controle e fiscalização do exercício dessas atividades, formulou assertivas no sentido de que não há necessidade de habilitação profissional para o exercício das atividades desenvolvidas pela sua empresa, bem como de que o entendimento divergente sobre a questão significa afronta aos artigos 170-IX e 179 da CF/88 (princípios da isonomia e do tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte), além do art. 150-III, “a”, do mesmo mandamus (princípio da retroatividade), uma vez que o art. 15 que trata dos efeitos da exclusão também não admite outro entendimento.

Inicialmente, devem ser repelidas as asserções formuladas sobre ilegalidade ou constitucionalidade sob a égide dos artigos 170-IX e 179 da CF/88, em razão da exclusividade de competência do Poder Judiciário para a apreciação desse tema, consoante dispõe o art. 102-I, “a”, da Carta Magna, com redação dada pela EC nº 03/93.

Verifica-se que conforme documento de fls.19, a ESALQ-USP mantém o Departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia Agrícola que desenvolve estudos e programas de manejo integrado de pragas, envolvendo o uso de produtos químicos (pesticidas, inseticidas etc). Da leitura do documento verifica-se a alta especialização que envolve a matéria e que remete ao objeto da empresa recorrente: “prestação de serviços a empresas agrícolas de monitoramento da sensibilidade de insetos a inseticidas”, fls 04.

Logo, as atividades desenvolvidas pela recorrente junto aos seus clientes estão abrangidas pelo art. 7º da Lei nº 5.194/66, ou sejam assemelhadas às de engenheiro agrônomo, ainda assim, requer habilitação profissional legalmente exigida, conforme demonstrado, por constituir atividades de competência do Técnico Agrícola.

Procedendo-se à análise da matéria quanto à retroatividade do efeito da exclusão da ora Recorrente da sistemática do Simples, tem-se como certo que a Lei nº 9.317, publicada no DOU de 06/12/96, passou a produzir eficácia em data anterior à data da opção pela recorrente ao Simples.

Bem assim, é cediço que em função das atividades contidas em seu objeto social, a recorrente não poderia haver optado pelo Simples, tendo em vista a existência do ôbice contido no inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317/96. Com isso, na ocasião em que a

fiscalização percebeu a existência de uma ocorrência indevida, procedeu à sua exclusão através do ADE nº 39, em 26/05/03 (fl. 27).

Logo, o efeito da data da exclusão em 13/02/02 assinalada no Ato Declaratório Executivo (fl. 27) encontra-se em conformidade com a disposição contida no art. 15-II do mesmo diploma legal. Ou seja, dentro do período de vigência da mesma norma instituidora da condição de excludência.

Conclusão: *in casu*, não há se falar em retroatividade da norma jurídica, nem em infringência do princípio de irretroatividade da lei tributária, sob o pálio do art. 150-III, 'a', CF/88, eis que para tanto, a data da publicação da Lei nº 9.317/96, segundo tal entendimento, somente dar-se-ia depois da data da exclusão da ora recorrente da sistemática do Simples. Somente assim; poder-se-ia arguir a infringência ao princípio da irretroatividade da lei tributária, posto que o efeito da exclusão do art. 15-II estaria sendo projetado para fato gerador anterior à sua vigência.

Ou seja, de acordo com o princípio da irretroatividade invocado, a lei nova somente gera efeitos com relação aos fatos geradores futuros, não atingindo os já consumados sob a égide da lei anterior, o que conforme já demonstrado não é o caso vertente, eis que sequer há nova lei a ser aplicada.

Esse foi o entendimento exarado na decisão de primeira instância quanto a esse tema, que não merece reparo, pois se encontra de acordo com os princípios basilares da Administração Pública.

Ante o exposto, conheço do recurso em razão de preencher os pressupostos à sua admissibilidade para, no mérito, negar-lhe provimento.

É assim que voto.

Sala das Sessões, em 23 de janeiro de 2007

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO - Relator